Trabalho Individual de Economia no Século XXI

FIAP – Turma 40NEG

Matheus de Rezende Melo Ficher – RM 40588

**O papel do Estado e a importância da governança para a garantia e afirmação das políticas públicas**

No âmbito da quente discussão sobre a corrupção no país, dentro das diversas instituições públicas e privadas, um assunto que sempre se levanta tanto nas mesas de debate entre economistas renomados quanto nas mesas de bares é o papel do estado em uma economia. Isto porque, na massiva maioria dos casos reportados de corrupção ocorreram (ou ocorrem) entre instituições públicas, seus representantes e funcionários, e empresas privadas, canalizando toda a opinião da população contra a participação do Estado e suas influências dentro do território nacional.

Porém, não se deve simplificar a discussão em existir ou não empresas públicas, pedir menos ou mais intervenção do Estado na economia, entre outras dicotomias facilmente encontradas na atualidade. Para ser mais efetiva e ampla, todo o debate deve passar por algumas questões como: Qual o tamanho de Estado que mais se adequa a atualidade e objetivos da nação? Quais as políticas públicas necessárias para o atingimento destes objetivos? Como estas políticas públicas serão coordenadas e fiscalizadas? Quais seriam os instrumentos legais e governança pública para a proteção dos interesses gerais da nação e seus indivíduos. Estas seriam somente algumas questões sobre este assunto.

É sabido, por todas as correntes do pensamento econômico, que o nível e o ritmo do crescimento e desenvolvimento de um país passam muito pela a forma com que o Estado atua. Tendo a atuação de um Estado mais empreendedor, ou indutor, ou até menos visível, todos os países tiveram a influência de políticas públicas em seu desenvolvimento, mesmo alguns sendo considerados mais “liberais” e de máquina pública “enxuta”. Por exemplo, os Estados Unidos, que é sempre lembrado quando o assunto é liberalismo econômico nas discussões, só atingiu este patamar na economia e geopolítica mundial graças as políticas públicas de expansão territorial, substituição de importações, subsídios, pesquisa e desenvolvimento, etc.

Porém, esta atuação pode ser benéfica, quando cria eficiências e aproxima os objetivos gerais da população, ou maléfica, quando força o surgimento de ineficiências que atrasam o desenvolvimento do país e aumentam ainda mais as desigualdades.

No Brasil, o Estado sempre esteve muito presente, desde proclamação da república até os dias atuais, com criação de empresas estatais, agências e normas de regulação de serviços, programas sociais e de proteção à população, oferecimento de ensino desde básico ate o superior, sistema de saúde universal, e outras atividades relacionadas à atuação do governo e suas políticas. O problema, desde sempre, foi a falta de tipo de “plano geral para nação”, um direcionamento efetivo e constante das políticas públicas, sempre focado no objetivo final, além também da falta de governança pública na gestão, que garanta alguma solidez em todos os pontos.

É comum vermos trocas de governos que acabam por ignorar as politicas antes ativas e inverterem totalmente o rumo das novas políticas, sem ao menos a definição de um plano para esta transição, ou ainda a definição de onde quer chegar tomando estas novas ações. Isto gera uma incerteza no ambiente geral do país, principalmente na área de negócios, que não é ideal se desejamos o crescimento e desenvolvimento sustentável da nação.

Além disso, não há a devida preocupação no acompanhamento das políticas públicas em geral, e possíveis readequações nas mesmas, ou ainda a analise da existência de políticas que se contrapõe ou que caminham a objetivos divergentes. Aliadas a isso, a falta de governança e mecanismos de regulação ou punição gera um ambiente onde existem muitas brechas e falhas da gestão pública, sempre aproveitada por experientes advogados. Somando estes dois pontos, chega-se a um efeito muito comum em diversas economias no mundo, e muito comum no Brasil, chamado de Capitalismo Clientelista. Ou seja, interesses privados acabam guiando os esforços públicos para o desenvolvimento, e grandes grupos se tornam os maiores beneficiados pelos programas do governo, que supostamente deveria reduzir a desigualdade, mas a aumenta ainda mais. Por exemplo: financiamentos do BNDES que deveriam fomentar o desenvolvimento social do país como um todo e acaba indo a grandes corporações, concentrando o mercado. Ou as licitações sempre vencidas por grandes construtoras, que comumente decidem os vencedores de cada uma através de uma espécie de cartel.

Portanto, discutir se o Estado deve ou não acabar com as empresas públicas, que são consideradas pela massa com o antro da corrupção pública – e realmente são grandes expoentes, mas não os únicos – ou ainda acabar com as políticas de igualdade e fomento a economia é uma discussão rasa, e que provavelmente não alteraria o cenário que vivemos hoje: grandes clientes do Estado sendo beneficiados e guiando as políticas públicas ao seu desejo, em detrimento ao resto da população, principalmente a camada mais baixa. Consistência nas políticas de incentivo, guiadas ao mesmo objetivo do país, com normas para gestão e punição para eventuais desvios, como forma de evitar as distorções naturais da influência do grande capital no governo, são essenciais para a sustentabilidade do Brasil e seu crescimento.